

Formação para educação das relações étnico raciais: contribuições da Educação a Distância.

Miriã Fonseca de Jesus¹

Resumo

Esta proposta de trabalho se constitui em uma intenção de pesquisa aplicada, em nível *Latu Sensu*, do curso de Especialização em Gênero Raça/Etnia e Sexualidades na Formação de Educadoras(es) do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia, cujo objetivo é avaliar em quais aspectos a formação continuada para a educação das relações étnico raciais, na modalidade a distância tem contribuído para a efetiva implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como para a difusão do conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação de Professores(as). Relações étnico raciais.

Contextualização

Na contemporaneidade, a prática profissional é fundamentalmente acompanhada por transformações. No que tange a professores (as), ressalto que sua profissionalização abarca um número de demandas dentre as quais se destaca a formação continuada. As competências e saberes aplicados em uma área profissional são cada vez menos constantes; em espaços temporais cada vez menores, modificam-se e, até mesmo, tornam-se anacrônicas. Como afirma Lévy (1996,p. 54) “as pessoas não apenas são levadas a mudar várias vezes de profissão em sua vida, como também, no interior da mesma ‘profissão’, os conhecimentos têm um ciclo de renovação cada vez mais curto”. Neste sentido, postulam maior acesso a novas informações e um contínuo desenvolvimento de novas competências para a adequação e a apropriação destas transformações.

Podemos analisar as transformações engendradas na sociedade atual sob distintos aspectos. Com certeza, em todos, a educação possui caráter estratégico e, por conseguinte, os professores bem como sua contínua formação. Esta formação é entendida como uma preparação sistemática para as diversas facetas de sua função, é o ponto chave para a qualidade e eficiência do ensino. Todavia, como ressalta Perrenoud(1995) “é possível que a formação básica do professor não dê mais conta das mudanças rápidas e diversificadas que acompanham a evolução das condições do exercício do magistério”.

¹ Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (1991), Especialista em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (2004). Atualmente Professora Titular - Secretária da Educação do Estado da Bahia e Secretária Municipal de Educação e Cultura. Experiência em coordenação e formação de professores na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura afro-brasileira, história do negro no Brasil, religiões afro-brasileiras e relações étnico-raciais. Leciona também as disciplinas História do Negro no Brasil e Religiões Afro-Brasileiras em cursos de pós graduação. Tutora e professora formadora em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distancia.

Assim posto, a partir destas rápidas transformações da sociedade surgiram novas necessidades no campo da educação, entre elas a de contínua formação. Conseqüentemente, foram buscadas alternativas aos sistemas tradicionais que pudessem atender a estas necessidades. E entre tradicionais e modernas alternativas, a educação a distância é uma possibilidade que está se firmando.

O rompimento das limitações de espaço e tempo é, respectivamente, o principal desafio e vantagem para a propagação da educação à distância, apreendida enquanto um processo educativo que abrange distintos meios de comunicação, material impresso, telefone, televisão, rádio, Internet, que permitem transpor as fronteiras do tempo e espaço, possibilitando o intercâmbio com as fontes de informação, desse modo promovendo a autonomia do aprendiz, através de aprendizagem flexível e independente.

Nesse processo, variam os papéis: o aprendiz transforma-se em responsável por sua aprendizagem, com a prerrogativa de desenvolver suas atividades em compasso próprio sem no entanto perder a possibilidade de interação com seus pares e com seu professor.

Um dos aspectos relevantes da educação à distância para formação continuada de professores (as) é que esta o direito destes ao acesso e domínio dos recursos tecnológicos que marcam o mundo contemporâneo, oferecendo possibilidades e impondo novas exigências à sua formação.

Este contexto tornou-se possível principalmente com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que regulamenta a modalidade a distância no Brasil, apresentando as determinações sobre a Educação a Distância, especialmente no art. 80 e no art. 87, § 3º. Neste, destaca-se o item III, pela sua importância para o tema em discussão, que determina a realização de “programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso recursos da educação a distância”.

Para o desenvolvimento dos cursos de formação de professores (as) na modalidade à distância, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) fundamenta sua proposta pedagógica no incentivo ao aprendizado interativo, cooperativo e na autoaprendizagem, aplicando para isso uma associação de mídias, priorizando a *internet*; promovendo a autonomia acadêmica de modo responsável e criativo.

Neste sentido, o Governo Federal tem criado programas de formação de professores, em 2005, foi instituída a Universidade Aberta do Brasil - UAB, consórcio de instituições de ensino superior dirigido à formação de professores através da educação à distância. No campo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com a criação do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior – UNIAFRO, pelo Ministério da Educação, através das Secretarias de Educação Superior - SESU e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, a abrangência das iniciativas voltadas à formação nesta temática foram ampliadas.

No que tange a formação para a educação das relações étnicorraciais, os cursos de formação continuada para professores da rede pública decorrem da necessidade de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório a inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena no currículo da educação básica brasileira.

Uma vez que na sociedade brasileira existe um enorme silêncio sobre a dinâmica histórica afro-brasileira e africana e indígena, que somado à construção depreciativa de estereótipos tem favorecido a manutenção e naturalização de práticas

racistas, o desafio que estas leis impõem consiste em decolonizar esse conhecimento racista e colonial acerca da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas.

Face este cenário importa saber sobre o impacto da utilização da educação a distância na formação continuada de professores(as) para a educação das relações étnicorraciais. Que implicações têm trazido a curto e médio prazo para promover uma prática pedagógica que valorize a história e a cultura afro-brasileira e indígena bem como o combate a todas as formas de racismo, no processo de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que vem ocorrendo nos últimos quinze anos? O que qualifica um projeto ou programa de formação de professores(as) para a educação das relações étnicorraciais, na modalidade a distância: a utilização da tecnologia de informação comunicação ou a proposta pedagógica subjacente àquele? Os (as) professores(as) têm conseguido articular o conhecimento construído com seu campo de atuação? Que dificuldades foram encontradas enquanto participantes de uma formação na modalidade à distância?

Objetivos

Geral

Avaliar em quais aspectos a formação continuada para a educação das relações étnicorraciais, na modalidade a distância tem contribuído para a efetiva implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como para a difusão do conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Específicos

Investigar como a articulação entre educação à distância e a formação para a educação das relações étnico raciais pode contribuir para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que contemplem a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Identificar dificuldades encontradas pelos(as) professores(as) na participação de formação na modalidade à distância.

Verificar a articulação entre os conhecimentos construídos às áreas de atuação dos(as) professores(as).

Justificativa

Esta proposta de trabalho se constitui em uma intenção de pesquisa aplicada, em nível *Latu Sensu*, do curso de Especialização em Gênero Raça/Etnia e Sexualidades na Formação de Educadoras(es) do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia, cujo objetivo é avaliar em quais aspectos a formação continuada para a educação das relações étnicorraciais, na modalidade a distância tem contribuído para a efetiva implementação das lei 10.639/03 e 11.645/08, bem como para a difusão do conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Para tal reportar-me-ei a experiências de professoras(es) da rede pública estadual de Salvador, que atuam no Centro de Referência Para o Ensino Médio à Distância-Emitec.

Desse modo, a perspectiva dessa pesquisa surge a partir da minha prática profissional na condição de professora formadora, autora e tutora à distância, em cursos de formação inicial e continuada de professoras(es), do componente curricular história, nas redes pública e privada. No que diz respeito às disciplinas História da

África, na formação inicial bem como Mitologia e Religiões Afro-brasileiras, formação continuada pode observar que para além das questões de compreensão cognitiva, os valores e princípios arraigados, vinculados a um olhar estereotipado sobre o continente africano e sobre a história e cultura afro-brasileira exerce influência sobre o aprendizado desses sujeitos, já que por um longo tempo vêm sendo formados/as na partir de uma perspectiva homogeneizadora fazendo com que a diversidade na composição da nossa sociedade fosse encoberta, neste sentido:

No Brasil, ser negro é tornar-se negro. O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática (GOMES, 2001:89).

Compreendendo a formação docente como aspecto essencial para mudanças nesse contexto, essa intenção de pesquisa traz em seu interior um debate sobre a formação continuada para a educação das relações étnico raciais mediada pelas tecnologias de informação e comunicação bem como suas implicações para o desenvolvimento de uma práxis pedagógica antirracista.

Não obstante a Educação a Distância existir a um longo tempo como modalidade da educação, nos últimos anos vem transformando-se em um importante elemento de produção e difusão do conhecimento a partir da inclusão das tecnologias de informação e comunicação.

Neste sentido, faz-se necessário desenvolver uma análise crítica sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação na formação continuada para a educação das relações étnico raciais, questionando esta utilização sob a perspectiva destas enquanto possibilidade de transformação bem como rompimento de concepções que fomentam e mantêm práticas pedagógica racistas e excludentes, uma vez que:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,2004)

Por isso, em momento tão distinto da educação brasileira, marcado pelos dez anos da promulgação da Lei 10639/03, pensa-se que esta pesquisa pode contribuir com futuros levantamentos sobre a problemática voltada para o processo de formação de professoras(es) para a educação das relações étnicorraciais. Os dados daqui advindos podem possibilitar aos sujeitos envolvidos nesse processo uma reflexão sobre o tema, auxiliando na superação de problemas, principalmente porque o desafio que se impõe é a transição de um padrão conservador que predominou nos

últimos séculos para um novo modelo, que venha proporcionar a renovação das atitudes, valores e crenças exigidas no que tange as relações étnicorraciais.

Referências

BRASIL. Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 1, 12 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.369, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Brasília, 2003

CHAKUR, Cilene R. de Sá Leite. Níveis de construção da profissionalidade docente: um exemplo com professores da 5ª a 8ª séries. **Cadernos CEDES**, Campinas, n.36, p.77-93,1995.

DIAS, Rosanne Evangelista e LOPES, Alice Casimiro Lopes. **Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo**. Educação e Sociedade, v. 24, n. 85, Campinas, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a04v2485.pdf> ; Acesso em: 18 jun 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

LEPELTAK Jan e VERLIDEN Claire. “Ensinar na era da informação: problemas e novas perspectivas”, In Jacques Delors (org.), **Educação para o século XXI**, Porto Alegre, Artmed, 2005, p. 206-221

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1996.

MORAN, José Manuel. **O que é a educação a distância**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>; Acesso em 14 jun 2011

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas: profissão docente e formação – perspectivas sociológicas**. Lisboa: D. Quixote, 1997.

SALES, Augusto dos Santos, A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro, In: Brasil. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-38 (Coleção Educação para todos).